



**SEMPRE CONSIGO**

**ROTEIRO ELEITORAL 2025  
O QUE OS CONSUMIDORES PODEM  
ESPERAR**

**O QUE ESTÁ (E NÃO ESTÁ) NOS PROGRAMAS ELEITORAIS PARA 2025**

## **A PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES CONTINUA ENFRAQUECIDA NAS PRIORIDADES POLÍTICAS.**

No contexto das eleições legislativas, a DECO analisou os programas eleitorais dos oito partidos com representação parlamentar - AD - Coligação PSD/CDS (coligação entre Partido Social Democrata - PSD e Centro Democrático Social – Partido Popular - CDS-PP) , Partido Socialista, Partido Chega, Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Partido Livre e Pessoas-Animais-Natureza- , avaliando de forma crítica as propostas apresentadas em áreas essenciais da vida dos consumidores.

Os resultados revelam uma preocupante escassez de ambição, inovação e compromisso com soluções estruturais. Em muitas áreas, as medidas propostas repetem intenções já conhecidas, sem aprofundamento ou mecanismos concretos de implementação.

Neste roteiro, sistematizamos as propostas por área temática e expomos as principais falhas, omissões e oportunidades perdidas, bem como os aspetos positivos a assinalar. Trata-se de um contributo para o escrutínio democrático e para a construção de políticas públicas mais eficazes, justas e centradas nas necessidades reais das famílias portuguesas.

## **HABITAÇÃO**

Os programas eleitorais reconhecem, em geral, os principais desafios no domínio da habitação: a escassez de oferta, sobretudo de habitação pública e acessível, o peso excessivo das rendas e das prestações no rendimento das famílias, as dificuldades no acesso à primeira habitação, especialmente para os jovens, a pressão do turismo e do investimento especulativo nas zonas urbanas, bem como a burocracia e os elevados custos associados à construção e reabilitação.

No entanto, apesar da vontade política, o certo é que a maioria das medidas propostas já foi anunciada ou parcialmente implementada, sem ainda ter produzido resultados concretos e estruturados que assegurem habitação a preços acessíveis.

Em muitos casos, as soluções apresentadas continuam a privilegiar a construção de nova habitação, sem uma visão integrada que contemple preocupações ambientais, planeamento territorial e mobilidade sustentável. A ausência de propostas que articulem incentivos à construção e reabilitação com políticas de arrendamento acessível e aquisição de habitação revela falta de ambição política face à gravidade do problema.

Em relação ao crédito habitação, alguns programas apresentam propostas para apoiar os consumidores, e em alguns casos com maior detalhe. No geral, procura-se garantir maior segurança nos créditos e nos programas de apoio à compra de primeira habitação. Existem propostas que até limitam o impacto de eventuais subidas de juros.

De todo o modo, são raras as abordagens verdadeiramente inovadoras, como o incentivo a cooperativas de habitação, modelos de habitação partilhada ou formas de financiamento solidário e acessível. Também ao nível da regulação e fiscalização, as propostas são pouco claras quanto à sua operacionalização.

## **SERVIÇOS BANCÁRIOS**

A relação entre consumidores e serviços financeiros é uma das áreas mais críticas, dadas as elevadas taxas de reclamações registadas todos os anos. Contudo, a generalidade dos programas eleitorais trata o tema de forma superficial.

São poucos os partidos que abordam a necessidade de regulamentar de forma clara o que constitui um serviço bancário passível de cobrança de comissões, e menos ainda aqueles que exigem que essas comissões sejam proporcionadas, transparentes e justificadas. O

acesso físico aos serviços bancários é igualmente negligenciado, com apenas uma menção à cobertura de caixas automáticos, e nenhum programa propõe a proteção efetiva do pagamento em numerário.

De igual forma, preocupante é o silêncio generalizado sobre a crescente ameaça da fraude, nomeadamente nos pagamentos e investimentos, tema que a DECO tem denunciado repetidamente. A ausência de mecanismos de prevenção e de resposta coloca os consumidores em risco constante.

As propostas relativas à concorrência no setor bancário ou à separação entre banca comercial e banca de investimento surgem isoladamente e carecem de plano de execução. A promoção da literacia financeira — aspeto central para garantir decisões informadas e responsáveis — é apenas brevemente referida, quando deveria constituir prioridade política transversal.

A DECO reitera que a proteção dos consumidores no setor financeiro exige medidas legislativas robustas, mecanismos de supervisão eficazes e uma estratégia nacional de literacia e inclusão financeira.

## **POUPANÇA**

Num contexto de subida das taxas de juro e perda do poder de compra, a poupança deveria ocupar um lugar central para os partidos políticos. No entanto, os programas eleitorais analisados continuam a evidenciar uma ausência de medidas concretas para incentivar o aforro das famílias. São raras ou inexistentes as propostas que promovem contas-poupança com benefícios fiscais, apoios ao aforro para a reforma ou iniciativas de capacitação financeira ao longo da vida.

Esta lacuna é particularmente grave num país com uma fraca tradição de poupança e onde a taxa de poupança permanece abaixo da média europeia. Medidas como a criação de contas-poupança para jovens e crianças, com isenção fiscal e taxas de juro atrativas, poderiam estimular o hábito de poupar desde cedo. Da mesma forma, produtos de poupança para a aquisição de habitação ou para a reforma, com benefícios fiscais, representariam um apoio relevante às famílias. A ausência destas soluções traduz uma visão de curto prazo, centrada no consumo imediato e descurando a construção de uma maior resiliência económica.

## **VULNERABILIDADE ECONÓMICA**

Num país marcado por elevados níveis de pobreza e desigualdade, lamentamos que a maioria dos programas eleitorais não apresente medidas para fazer face às necessidades reais dos cidadãos economicamente vulneráveis. Estas pessoas enfrentam cada vez mais dificuldades para aceder a serviços essenciais como a energia, a água, as comunicações, a habitação ou mesmo a alimentação. No entanto, os programas analisados limitam-se, na sua maioria, a referências genéricas à “necessidade de apoio social”, sem apresentar propostas estruturadas, ambiciosas e concretas, dirigidas a quem vive com poucos recursos.

Faltam compromissos claros com a criação de mecanismos automáticos e eficazes de atribuição de apoios, como acontece com a tarifa social de energia, ou medidas robustas de proteção contra o corte de fornecimento por dificuldades de pagamento. Em muitos programas, a resposta a contextos de crise continua a ser pensada de forma reativa e casuística, sem a previsibilidade e continuidade necessárias.

Além disso, praticamente nenhum programa contempla a necessária uniformização dos critérios de acesso às medidas de apoio social. Esta fragmentação, que os programas não enfrentam nem propõem resolver, agrava a exclusão e põe em causa a confiança dos cidadãos nas respostas públicas.

## **ENERGIA**

Há uma aposta positiva na transição energética e em combater a pobreza energética, com promoção de energias renováveis e medidas de eficiência. Embora se verifique um esforço para associar a transição energética à justiça social, muitos programas esquecem medidas com impacto direto no alívio da fatura energética das famílias, tais como, o IVA a 6% em toda a fatura de eletricidade, sem limites de consumo, a revisão do modelo de financiamento da tarifa social, evitando que o custo deste apoio social seja repercutido nos consumidores e a revisão dos critérios de atribuição da tarifa social da eletricidade e gás.

A DECO sublinha que a transição energética não pode ser feita à custa das famílias com menos recursos. A ausência de propostas robustas neste domínio representa uma oportunidade perdida para conjugar sustentabilidade ambiental com justiça económica.

## **ÁGUA**

No domínio da água, além da necessidade de medidas de justiça tarifária, são ainda apontadas propostas para reduzir perdas nas redes de abastecimento, promover a reutilização de águas residuais e criar infraestruturas de armazenamento, como barragens e sistemas de retenção. Destaca-se também a modernização digital da gestão hídrica e o aproveitamento de águas pluviais.

Contudo, permanece a ausência de medidas que protejam os consumidores de aumentos tarifários excessivos, como avaliações rigorosas sobre os impactos económicos e ambientais associados às grandes obras previstas e que assegurem a acessibilidade a este serviço essencial, como é o caso da existência de tarifa social obrigatória nos serviços de águas e resíduos.

## **RESÍDUOS**

Muitas das medidas destacadas pelos partidos relativamente à gestão de resíduos não são mais do que a repetição de obrigações já previstas na legislação nacional e europeia. A recolha de biorresíduos, por exemplo, já se encontra em fase de implementação desde 2024, e os sistemas PAYT, embora essenciais, foram recentemente adiados para 2030. A falta de propostas novas ou mais ambiciosas demonstra um défice de compromisso com a transformação estrutural da política de resíduos.

As propostas sobre economia circular continuam vagas, sem metas, calendários ou mecanismos de avaliação da eficácia. A promoção de práticas como a venda a granel ou o uso de embalagens sustentáveis, embora positivas, revela-se insuficiente se não for acompanhada por políticas de responsabilização dos produtores e redução efetiva do consumo.

A DECO alerta para o facto de Portugal continuar a enviar para aterro quase 60% dos resíduos urbanos, muito acima das metas comunitárias. Sem uma política nacional robusta, coerente e devidamente financiada, o país continuará a falhar nos compromissos europeus e a comprometer a saúde pública, a justiça ambiental e a confiança dos consumidores num sistema de gestão de resíduos eficiente.

## **DIGITAL E COMUNICAÇÕES**

Nas áreas do digital e das comunicações, a interrupção desta legislatura suspendeu o processo legislativo de alguns diplomas muito importantes para o país e para o consumidor, em matérias como os serviços digitais, concretizações da Estratégia Digital Nacional, criação da agência nacional para o digital, *cibersegurança*, etc., que esperamos que venham a ser brevemente retomados. Alguns (poucos) programas eleitorais apresentam medidas específicas para estas áreas, sendo que na maioria dos programas estas temáticas são praticamente esquecidas, não obstante quase todos os partidos referirem a absoluta necessidade de se combater a iliteracia digital ou de existir uma cobertura de rede de qualidade em todo o território nacional, como ferramenta de combate à exclusão digital. No entanto, nenhum partido apresenta, por exemplo, medidas de melhoria para a Tarifa Social de Internet (TSI), há muito reivindicadas pela DECO.

## **MOBILIDADE E TRANSPORTES**

Em matéria de mobilidade e transportes, em geral, os programas eleitorais não surpreendem muito. Mantém-se o discurso do reforço da oferta e aumento da frequência do transporte público, bem como de melhoria das respetivas condições de conforto, segurança e acessibilidade; São também prometidas medidas de alargamento da gratuitidade e de descontos do passe, que apesar de positivas, não se têm revelado suficientes para a desejada transferência modal; A importância do transporte flexível nos territórios de baixa densidade populacional ou em zonas em que a oferta de transporte público não existe, é abordada em alguns programas, contudo, apenas um propõe o essencial : a criação de um incentivo à implementação deste tipo de transporte. Ainda assim, propõem-se medidas benéficas para os consumidores e há muito reivindicadas pela DECO, nomeadamente: a retoma dos comboios noturnos; A integração das bicicletas partilhadas nos passes mensais; O aumento do incentivo à aquisição de veículos elétricos ligeiros de passageiros para o valor médio do incentivo na União Europeia, majorado quando seja entregue para abate um veículo ligeiro de passageiros com motor a combustão. A criação de um passe nacional e de uma plataforma pública para transportes públicos são também medidas que merecem destaque.

## **SAÚDE**

Na saúde, metas consideradas fundamentais há largos anos que continuam por alcançar, como- garantir o acesso universal a médico de família, reforçar cuidados primários, cuidados integrados, paliativos, de saúde oral, apostar em meios de diagnóstico nos cuidados primários e alargar rastreios- são novamente apresentadas como prioridades. Preocupação comum quanto ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos, mas sem propostas necessárias de alteração à legislação, nomeadamente prevendo tempos máximos para casos de prioridade clínica urgente, muito urgente e de emergência nos serviços de urgência.

## **ALIMENTAÇÃO**

Relativamente à alimentação, as propostas evidenciam uma preocupação transversal em garantir a segurança alimentar, promover hábitos de consumo saudáveis e apoiar a produção e o consumo de produtos locais e sustentáveis. Destaca-se, com particular relevância, a convergência de várias forças políticas na proposta de isenção ou redução do IVA em bens alimentares essenciais, com diferentes graus de abrangência — medida esta que a DECO tem vindo a defender de forma consistente, pelo seu impacto direto e imediato no orçamento das famílias. Esta orientação política demonstra uma crescente sensibilidade para o direito de acesso a uma alimentação adequada e acessível. Não obstante, constata-se que muitas das restantes ações se baseiam essencialmente em recomendações e campanhas de sensibilização, faltando-lhes mecanismos concretos de implementação e fiscalização que garantam resultados efetivos.

## **SUSTENTABILIDADE**

Por fim, na área da sustentabilidade, as propostas revelam um compromisso com a promoção de práticas ecológicas, através da contratação pública sustentável, do incentivo à transição verde e da transparência no consumo. Contudo, a falta de metas quantificadas e de mecanismos de monitorização e avaliação poderá comprometer a eficácia e o escrutínio destas políticas. Destaca-se, ainda, a existência de propostas para a criação de um sistema nacional de cobertura do risco de fenómenos sísmicos e de desastres naturais/riscos climáticos, nomeadamente através da constituição de um fundo específico para o efeito. Esta medida, que tem sido reiteradamente reivindicada pela DECO, está alinhada com a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030,

que prevê, desde 2021, a criação de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos até 2027. Apesar de ainda não ser uma proposta transversal a todas as forças políticas, a sua presença em mais do que um programa eleitoral representa um avanço relevante na proteção dos consumidores e das suas habitações face a riscos de grande dimensão.

## **SOLUÇÕES NOVAS, EFICAZES E PRÓXIMAS DOS CONSUMIDORES SÃO URGENTES**

A análise aos programas eleitorais dos partidos com representação parlamentar evidencia uma tendência transversal e preocupante: apesar das sucessivas crises que fragilizaram o rendimento e os direitos dos consumidores, a maioria das forças políticas continua a desvalorizar a proteção dos cidadãos enquanto destinatários centrais das políticas públicas.

As propostas apresentadas falham, em grande medida, em três aspetos fundamentais: ambição política, inovação estrutural e mecanismos de concretização e avaliação. Multiplicam-se medidas requentadas, já previstas em legislação em vigor ou anteriormente anunciadas sem impacto mensurável, comprometendo a construção de uma sociedade mais justa e resiliente.

A DECO reafirma o seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos dos consumidores. Num momento em que o esforço das famílias continua a ser posto à prova, é inaceitável que os seus direitos não estejam no centro da ação política. Acreditamos que a proteção dos consumidores é uma responsabilidade coletiva — do Estado, dos partidos, dos reguladores e da sociedade civil — e deve traduzir-se em políticas públicas exigentes, fiscalizáveis e orientadas para resultados reais na vida das pessoas.